

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**1. INTRODUÇÃO**

No presente relatório, além dos dados históricos da evolução do capital social, apresentamos atualização de informações sobre o FUNDEPAR-ES no exercício social de 2023, de acordo com as demonstrações financeiras e dados gerenciais. Este documento dimensiona as carteiras de clientes e o resultado do fundo, lista as responsabilidades do BANDES enquanto seu banco operador e gestor.

2. GOVERNANÇA

O Fundo de Desenvolvimento e Participação do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES foi instituído pela Lei 9.905 de 11/09/2012, destinado a apoiar, financeiramente, projetos de investimentos e programas prioritários para o desenvolvimento econômico e social do estado. A legislação estabelece que seus recursos possam ser aplicados nas modalidades de participação acionária e subscrição de debêntures, conversíveis ou não, subscrição de cotas de participação de empreendimentos, concessão de financiamentos e pré-investimentos na forma de estudos, projetos e pesquisas.

Foi criado através do Decreto nº 3176-R de 19/12/2012, o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES com a finalidade de disciplinar e administrar seus recursos, é composto por representante da Secretaria de Desenvolvimento - SEDES, Secretaria da Fazenda - SEFAZ, Secretaria de Economia e Planejamento - SEP, representando do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES e dois representantes de indicação do governador. Ao Conselho Gestor cabe examinar as contas do fundo, estabelecer normas, prioridades e diretrizes, acompanhar o desempenho do mesmo e alterar seu regulamento.

Ao BANDES, como banco operador, compete prestar os serviços técnicos necessários à sua operacionalização, cobrança administrativa dos créditos, administração dos títulos e valores, tendo por obrigação manter em ordem os documentos, representar o fundo nos instrumentos de formalização de apoio financeiro e nas assembleias gerais de companhias beneficiárias, manter o Conselho Gestor informado de qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDEPAR-ES, elaborar balanços mensais e demonstrações financeiras anuais, contratar auditores independentes, publicar em sua página na internet as demonstrações financeiras, dentre outras.

3. RECURSOS DO FUNDO

O FUNDEPAR-ES teve início com dotação orçamentária do Governo do Estado de R\$ 200 milhões, creditados ao FUNDEPAR-ES em 26 de abril de 2013.

Por meio de resoluções do Conselho Gestor, amparados no artigo 3º parágrafo único que prevê a possibilidade de aporte do FUNDEPAR-ES no aumento de capital do BANDES, bem como parecer da PGE nº 0014/2915, foram deliberadas integralizações de recursos no BANDES de R\$ 70 milhões, pela Resolução nº 19/2015, e de R\$ 25 milhões, Resolução nº 23/2016. Esses aportes de recursos no BANDES ocorreram conforme exarado nas respectivas resoluções e foram efetivadas com a emissão de ações em favor do Estado do Espírito Santo, com a consequente retirada de R\$ 95 milhões do capital social do FUNDEPAR-ES.

Outras autorizações foram decididas pelo Conselho Gestor, sob as Resoluções nº. 25 e 27 do ano de 2017, porém não foram efetivadas.

No exercício social de 2023, o fundo auferiu remuneração sobre os recursos disponíveis em valores superiores ao do ano anterior, R\$ 2.435 mil (R\$ 2.287 mil em 2022).

4. MODALIDADES DE APOIO E CARTEIRA DE PROJETOS

A seguir, relacionamos a carteira de projetos apoiada pelo FUNDEPAR-ES de acordo com as modalidades regulamentadas.

Ressalvamos que a partir da Resolução nº 07/2014, no mínimo 50% dos recursos FUNDEPAR-ES deverão ser destinados para implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos estratégicos ou de alta intensidade tecnológica localizados fora da área de abrangência da SUDENE e da Grande Vitória.

Em dezembro de 2021, foi aprovada através da Resolução nº 40/2021, com vigência a partir em 01 de janeiro de 2022, a alteração nas condições das linhas FUNDEPAR / Investimento Sul, FUNDEPAR / Investimento e FUNDEPAR / Renegociação com a redução de taxas de juros e del credere. As consolidações das novas condições das linhas foram aprovadas através das Resoluções nº 42/2022 e 43/2022 de 20 de abril de 2022.

A Resolução nº 47/2022 de 02/07/2022 aprovou alteração da Resolução nº 42/2022 que trata da linha de financiamento FUNDEPAR/Investimento Sul.

4.1. Participação Acionária Direta e Indireta por meio de Fundos

O FUNDEPAR-ES não tem em seu histórico nenhum registro de apoio direto em empresas, nem em forma indireta por meio de aplicação em fundos de capital emergente.

4.2. Financiamento de Longo Prazo Desenvolvimento Regional e Debêntures

A carteira de projetos de financiamento de longo prazo, que inclui a modalidade na linha desenvolvimento regional ou debêntures, é composta de:

Empresa	Resolução		Município	Valores contratados em R\$ mil
	Nº	Data		
DESENVOLVIMENTO REGIONAL				
Companhia de Alimentos Uniaves	5	30/01/2014	Castelo	R\$ 22.522,38
Volare Veículos Ltda	6	30/06/2014	São Mateus	R\$ 30.000,00
DEBÊNTURES				
PW Brasil Export S/A (*)	9	08/12/2014	Baixo Guandu	R\$ 4.000,00
Porto Central Complexo Ind. Portuário S/A	17	21/10/2015	Presidente Kennedy	R\$ 42.727,37

(*) Por meio da Resolução FUNDEPAR-ES nº 48/2023, o Conselho Gestor deliberou pela rescisão e vencimento antecipado do contrato de debênture com a empresa PW Brasil Export S/A no valor atualizado de R\$ 4.364, totalmente provisionado e em fase de consolidação dos imóveis dados em garantia.

4.2.1. Linha Desenvolvimento Regional

A linha de crédito FUNDEPAR-ES Desenvolvimento Regional foi criada por meio da Resolução nº 02/2013, possui condições especiais, prazos e garantias diferenciados, e o custo para o tomador pode reduzir a juros zero. Destina-se a projetos considerados de importância estratégica no desenvolvimento do Estado.

Os projetos aprovados datam dos anos de 2014 e 2015: Librelato, Uniaves e Volare, dos quais apenas os dois últimos encontram-se ativos.

O Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES, por meio das Resoluções nº. 37 e 38/2020, rescindiu unilateralmente o contrato de financiamento firmado com a Librelato S/A Implementos Rodoviários em 28 de março de 2014. Em 11 de novembro de 2020 o BANDES formalizou a rescisão contratual e publicou no DIO-ES em 12 de novembro de 2020.

A empresa Volare Veículos Ltda teve seu projeto aprovado através da Resolução FUNDEPAR-ES nº 06/2014 em reunião realizada no dia 30/06/2014.

Em 29/09/2023 foi criado o Grupo Técnico para analisar a solicitação da Volare pela ampliação do período de carência em mais 10 anos com seu término previsto para 15/10/2034, mantendo as demais cláusulas inalteradas. Por meio da Resolução FUNDEPAR-ES nº 54/2023 ficou aprovada a solicitação da empresa. A Companhia de Alimentos Uniaves S/A obteve aprovação do apoio financeiro ao projeto de ampliação da empresa com a Resolução FUNDEPAR-ES nº 05/2014.

Em 2022 a Companhia de Alimentos Uniaves, solicitou anuência para alteração do seu controle acionário que foi aprovado, conforme Resolução Fundepar ES nº 44/2022.

Em 2023, a Uniaves segue mantendo seu contrato adimplente.

Em 12 de julho de 2022, por meio da Resolução nº 46/2022, foi aprovado o apoio financeiro a empresa Hubner Componentes e Sistemas Automotivos através da linha FUNDEPAR/Desenvolvimento Regional no total de R\$ 12.694 mil, por meio da transferência de imóveis localizados no município de Linhares, para implantação de uma distribuidora de produtos para implementos rodoviários.

Em 22/09/2023, o Conselho Gestor aprova a Resolução FUNDEPAR-ES nº 51/2023 com o arquivamento do processo de apoio a empresa Hubner Componentes e Sistemas Automotivos que desistiu de implantar seu projeto de uma distribuidora de produtos para implementos rodoviários.

4.2.2. Modalidade Emissão de Debêntures

O apoio financeiro por meio de debêntures foi normatizado por meio da Resolução FUNDEPAR-ES nº 13/2015.

Na carteira de debêntures listam-se dois projetos ativos de titularidade das empresas PW Brasil Export S/A e Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A.

PW Brasil Export S/A

O projeto da PW Brasil destinou-se à implantação de nova unidade fabril, no município de Baixo Guandu, destinados a inversões fixas exclusivamente na rubrica obras civis no total de R\$ 4 milhões. O projeto foi inicialmente aprovado na modalidade de financiamento com garantia fidejussória. O apoio financeiro foi alterado por meio da Resolução FUNDEPAR-ES nº 14/2015, de 28 de outubro de 2015, para emissão de debêntures conversíveis em ações, com garantia real.

Em 25/09/2023, através da Resolução FUNDEPAR-ES nº 48/2023, o Conselho Gestor aprovou a rescisão contratual com vencimento antecipado da escritura pública de emissão de debêntures conversíveis em ações da PW Brasil Export.

Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A

Em relação à implantação do Projeto do Porto Central, foram publicados os Decretos Estaduais nº 1.825-S de 27/08/2013, 1.690-S de 01/08/2014 e 3.650-R de 23/08/2014.

Os Decretos 1.825-S/2013 e 1.690-S/2014 tratam de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação de áreas de terras do município de Presidente Kennedy destinadas à implantação de complexo industrial portuário. A operacionalização do apoio financeiro foi preconizada pelos decretos acima e no exercício social de 2014, o Fundo disponibilizou ao Estado do Espírito Santo R\$ 26.960 mil que foram depositados judicialmente pelo Estado para o pagamento de desapropriações de imóveis referente à implantação do projeto Porto Central. Em contrapartida, o Fundo recebeu os direitos decorrentes das ações de desapropriação dos imóveis (glebas de terras), para em momento futuro cedê-los ao Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A, via subscrição/emissão de debêntures conversíveis ou não em ações, na forma da lei.

A assembleia geral extraordinária dos acionistas da emissora deliberou e aprovou a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações, com base na Lei nº 9.905, de 11 de setembro de 2012, Resoluções FUNDEPAR-ES nº 13/2015 e nº 17/2015, esta última posteriormente alterada e consolidada pelas Resoluções FUNDEPAR-ES nº 31/2017 e nº 36/2020, e demais disposições legais aplicáveis para subscrição pelo FUNDEPAR-ES.

A troca dos ativos, terrenos em debêntures foi efetivada com a assinatura do boletim de subscrição de 427.273 debêntures conversíveis em ações emitidas pela empresa Porto Central, ao custo unitário de R\$ 100,00 cada, no total R\$ 42.727 mil. A permuta gerou ganho financeiro de R\$ 15.767 mil, apurado pela diferença entre o valor de emissão dos títulos e custo de aquisição dos terrenos, referenciado na atualização monetária acumulada da data dos depósitos judiciais (ano de 2014) até a data da escritura de debêntures, devidamente registrada no Cartório de 1º Ofício Tabelionato de Notas da Comarca de Vitória.

Imetame Logística Ltda

A empresa Imetame Logística S/A, por meio da Resolução nº 11/2015, obteve o enquadramento às regras do fundo, de seu projeto de implantação para um terminal portuário de uso privado no município de Aracruz. Entretanto, como até o final de 2022 a empresa não havia apresentado o projeto definitivo, o Conselho Gestor, em 22/09/2023, por meio da Resolução FUNDEPAR-ES nº 50/2023, decidiu pelo arquivamento do processo de apoio ao projeto.

4.3. Financiamento de Médio Prazo

No ano de 2023, por meio da linha FUNDEPAR / INVESTIMENTO SUL, foram aprovados R\$ 41,8 milhões e liberados R\$ 19,9 milhões.

5. REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR

Em conformidade com o regulamento do FUNDEPAR-ES a taxa de administração devida ao banco operador pelos serviços de administração e gestão, será de 2,1% (dois vírgula um por cento) ao ano calculado sobre o patrimônio líquido do mês anterior do fundo.

6. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Legislação Estadual:

- Lei nº. 9.905 de 11/09/2012 – Institui o FUNDEPAR-ES;
- Decreto nº. 3.176-R, de 19/12/2012 – Designa o Conselho Gestor do FUNDEPAR;
- Lei 10.090 de 03/10/2013 – Revoga dispositivos da Lei. Nº 9.905;
- Resolução FUNDEPAR nº 01/2012 de 20/12/2012 – Aprova Regulamento do FUNDEPAR (alterada pela Resolução FUNDEPAR nº 28/2017 de 24/11/2017);
- Resolução FUNDEPAR nº 02/2013 de 04/12/2013 – Aprova condições da Linha de Financiamento FUNDEPAR-ES;
- Resolução FUNDEPAR nº 03/2013 de 04/12/2013 – Aprova as condições para Linha de Financiamento FUNDEPAR-ES / Projeto (alterada pela Resolução FUNDEPAR nº 29/2017 de 24/11/2017);
- Resolução FUNDEPAR nº 07/2014 de 25/08/2014 – Aprova percentual de recursos FUNDEPAR-ES para projetos localizados fora da área de abrangência da SUDENE e da Grande Vitória;
- Resolução FUNDEPAR nº 13/2015 de 28/10/2015 – Aprova os critérios para apoio financeiro nas modalidades de emissão de debêntures e participação acionária;
- Resolução FUNDEPAR nº 20/2016 de 29/02/2016 – Aprova minutas padrão de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, Termo Aditivo e Boletim de Subscrição;
- Resolução FUNDEPAR nº 25/2017 de 25/07/2017 – Autoriza o resgate de parte dos recursos do FUNDEPAR-ES para aporte no Fundo de Desenvolvimento Econômico do Sul do Estado – FUNDESUL;
- Resolução FUNDEPAR nº 28/2017 de 24/11/2017 – Altera e consolida a Resolução FUNDEPAR-ES nº 01/2012 que aprovou o Regulamento do Fundo;
- Resolução FUNDEPAR nº 29/2017 de 24/11/2017 – Aprova a criação do Programa FUNDEPAR/FUNDESUL e da linha de financiamento específica para o programa;
- Resolução FUNDEPAR nº 30/2017 de 21/12/2017 – Altera e consolida a Resolução FUNDEPAR-ES nº 13/2012 que aprovou os critérios para apoio financeiro nas modalidades de debêntures e participação acionária.
- Resolução FUNDEPAR nº 31/2017 de 21/12/2017 – Altera Resolução FUNDEPAR nº 17-2014 que aprovou condições operacionais ao Porto Central;
- Resolução FUNDEPAR nº 32/2019 de 28/05/2019 – Aprova a criação da Linha FUNDEPAR-ES / Investimento SUL;

- Resolução FUNDEPAR nº 33/2019 de 28/05/2019 – Aprova a criação da Linha FUNDEPAR Investimento;
- Resolução FUNDEPAR nº 34/2020 de 10/02/2020 – Aprova Critérios para Classificação de Risco;
- Resolução FUNDEPAR nº 35/2020 de 10/02/2020 – Aprova a criação da linha para renegociação de financiamentos concedidos no âmbito do FUNDEPAR-ES;
- Resolução FUNDEPAR nº 36/2020 de 23/04/2020 – Altera e consolida a Resolução Fundepar nº 31/2017 ;
- Resolução FUNDEPAR nº 37/2020 de 28/05/2020 – Aprova a rescisão contratual com a empresa Librelato S/A Implementos Rodoviários.
- Resolução FUNDEPAR nº 38/2020 de 28/05/2020 – Aprova a alteração da Resolução Fundepar nº 37/2020.
- Resolução FUNDEPAR nº 39/2020 de 08/12/2020 – Altera e consolida a Resolução Fundepar 34/2020 que aprovou critérios para a classificação do risco de crédito.
- Resolução FUNDEPAR nº 40/2021 de 08/12/2021 – Aprova a alteração dos Anexos das Resoluções 32/2019, 33/2019, 35/2020 com redução de taxas de juros e del credere nas linhas de financiamento Fundepar / Investimento Sul / Fundepar / Investimentos e Fundepar Renegociação.
- Resolução FUNDEPAR nº 41/2021 de 08/12/2021 – Aprova a manutenção no contrato Fundepar nº 84206 celebrado a Companhia de Alimentos Uniaves S/A.
- Resolução FUNDEPAR nº 42/2022 de 20/04/2022 – Aprova a alteração da Resolução 32/2019 sobre as condições e procedimentos da linha Fundepar / Investimento Sul.
- Resolução FUNDEPAR nº 43/2022 de 20/04/2022 – Aprova a alteração da Resolução 33/2019 sobre as condições e procedimentos da linha Fundepar / Investimento.
- Resolução FUNDEPAR nº 44/2022 de 20/04/2022 – Aprova a substituição de garantia fidejussória com a liberação de fiadores e o ingresso de novo fiados no contrato com a empresa Companhia de Alimentos UNIAVES S/A.
- Resolução FUNDEPAR nº 45/2022 de 06/06/2022 – Cria grupo técnico no âmbito da Resolução nº 02/2013 – Linha Desenvolvimento Regional.
- Resolução FUNDEPAR nº 46/2022 de 12/07/2022 – Aprova apoio financeiro a empresa Hubner Componentes e Sistemas Automotivos.
- Resolução FUNDEPAR nº 47/2022 de 02/09/2022 – Aprovação a alteração da Resolução nº 042/2022 de 20/04/2022 que trata das condições da linha FUNDEPAR / Investimento Sul.
- Resolução FUNDEPAR nº 48/2023 de 25/09/2023 – Aprovação da rescisão contratual e vencimento antecipado da escritura pública de emissão de debêntures conversíveis em ações entre a empresa PW Brasil Exporte e o FUNDEPAR-ES.
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 49/2023 de 25/09/2023 – Revogação da linha de financiamento FUNDEPAR-ES/Projeto que não teve financiamentos aprovados desde sua criação em dezembro/2013.
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 50/2023 de 25/09/2023 – Arquivamento do processo de apoio à empresa Imetame Logística Limitada em função da não manifestação da empresa desde que teve seu peito enquadrado pela Resolução FUNDEPAR-ES nº 16/2025.
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 51/2023 de 25/09/2023 – Arquivamento do processo de apoio à empresa Hubner Componentes e Sistemas Automotivos, considerando a desistência da empresa, manifestada em 11/07/2023.
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 52/2023 de 25/09/2023 – Aprovação da utilização dos normativos de venda de imóveis (bens não de uso) adotados pelo Bandes no FUNDEPAR, especialmente quanto a realização de leilões públicos.
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 53/2023 de 30/11/2023 – Criação de Grupo Técnico no âmbito da Resolução nº 02/2023 – Linha Desenvolvimento Regional.
- Resolução FUNDEPAR-ES nº 54/2023 de 05/12/2023 – Aprovação do aditivo ao contrato com a empresa Volare Veículos Ltda firmado em 16/09/2014, concedendo a adição de 10 (dez) anos ao prazo de carência, com seu término previsto para 15/10/2034, mantendo as demais condições contratuais inalteradas.

Vitória – ES, 21 de março de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE	171.870	123.951	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 11)	171.870	150.911
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	29.248	36.153	Recursos do Governo Estadual	105.000	105.000
BANDES	29.248	36.153			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	82.007	71.470	Resultados Acumulados	66.870	45.911
FUNDEPAR-ES Desenvolvimento Regional	42.919	46.155	Resultados Acumulados	45.911	42.890
Financiamentos	39.088	25.315	Lucro do Exercício	20.959	3.021
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 6)	48.470	4.183			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 7)	12.145	12.145			
PERMANENTE (Nota 8)	-	26.960			
Investimentos	-	26.960			
TOTAL DO ATIVO	171.870	150.911	TOTAL DO PASSIVO	171.870	150.911

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS	13.438	7.851
Remuneração s/ Disponibilidades (Nota 4)	2.435	2.287
Rendas de Títulos de Renda Fixa (Nota 6)	5.923	109
Rendas de Operações / Repasses (Nota 5)	4.874	5.375
Reversão de Provisões de Operações de Crédito (Nota 5)	206	80
DESPESAS OPERACIONAIS	(8.246)	(4.830)
Despesas com SPREAD FUNDEPAR (Nota 10)	(237)	(161)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(16)	(29)
Despesas de Taxa de Administração (Nota 9)	(3.234)	(3.133)
Outras Despesas Administrativas	(1)	(259)
Provisões de Operações de Crédito (Nota 5)	(394)	(1.248)
Provisões de Títulos de Renda Fixa (Nota 6)	(4.364)	-
RESULTADO OPERACIONAL	5.192	3.021
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
Transações com Valores e Bens (Nota 8)	15.767	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15.767	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL	20.959	3.021

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Eventos	Recursos Estaduais	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2022	105.000	45.911	150.911
Resultado do Período	-	20.959	20.959
Saldos em 31/12/2023	105.000	66.870	171.870
Mutações do Exercício Social 2023	-	20.959	20.959

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)**1. Contexto operacional**

O Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR-ES foi criado pela Lei Estadual n.º 9.905, de 11 de setembro de 2012. A Lei atribuiu ao Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES a função precípua de disciplinar e administrar seus recursos e ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES a função de agente financeiro.

De acordo com a lei que o instituiu, integrarão o patrimônio do FUNDEPAR-ES: recursos orçamentários específicos, contribuição e doação de entidades públicas e privadas, repasses de instituições financeiras nacionais e internacionais, retorno proveniente das aplicações financeiras realizadas com recursos do FUNDEPAR-ES e outras fontes.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com as nor-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PELO MÉTODO INDIRETO
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO	20.959	3.021
(+) Provisão de Operações de Crédito	188	1.168
(+) Provisão de Títulos de Renda Fixa	4.364	-
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	25.511	4.189
Operações de Créditos	(10.725)	21.187
Títulos e Valores Mobiliários	(48.651)	(109)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(33.865)	25.267
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	-	(12.145)
Alienação de Terrenos	26.960	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	26.960	(12.145)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.905)	13.122
Início do Período	36.153	23.031
Fim do Período	29.248	36.153

VARIAÇÃO NOS SALDOS DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.905)	13.122
---	----------------	---------------

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

mas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da demonstração do valor adicionado.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 21 de março de 2024, pela Administração (Fundamento: Regulamento FUNDEPAR-ES, Capítulo II, Artigo 4º, Inciso XI).

3. Principais práticas contábeis adotadas

- O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.
- As receitas e as despesas são apropriadas diariamente, independentemente da apuração de resultado periódica; e
- O exercício social tem a duração de um ano, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro.
- A moeda funcional utilizada pelo FUNDEPAR-ES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações financeiras, nas quais os valores estão expressos em milhares de reais.

4. Disponibilidades no banco operador

Os recursos disponíveis no banco operador somam R\$ 29.248 (R\$ 36.153 em 2022); são remunerados mediante a aplicação de taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança (art. 5º do Regulamento do FUNDEPAR-ES). No período a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis somaram R\$ 2.435 (R\$ 2.287 em 2022).

5. Operações de crédito

Representa as operações de créditos e liberações efetuadas, remuneradas conforme quadro a seguir:

Linha de Crédito	Remuneração	Quantidade de Operações		Posição em R\$ mil	
		2023	2022	2023	2022
	a. FUNDEPAR desenvolvimento regional				
Fundepar-ES / Des. Regional	15% da Selic Meta a.a.	1	1	12.919	16.155
Fundepar-ES / Des. Regional	0% da Selic Meta a.a.	1	1	30.000	30.000
	b. Financiamentos				
Fundepar / Fundesul I	Selic Meta a.a.	22	60	6.855	10.489
Fundepar / Investimento Sul	CDI + 0 a 4% a.a.	12	12	7.762	10.989
Fundepar / Investimento	CDI + 0 a 4% a.a.	1	1	4.501	4.592
Fundepar / Investimento Sul	85% do CDI + 1% a.a.			20.951	
Fundepar / Reneg. (jpc)	Renegociação (Taxa Original Contrato +/- Taxa Acordo Renegociação)	3	3	375	412
Saldo da Carteira		40	78	83.363	72.637
(-) Provisão				(1.356)	(1.167)
Saldo Contábil				82.007	71.470

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de rendas de operações de créditos.

As provisões para créditos de difícil liquidação são constituídas com base nas normas contábeis vigentes.

6. Títulos e valores mobiliários**Debêntures**

A remuneração das debêntures é efetuada com base nos índices contratuais, apropriados mensalmente em base pro-rata-die, a crédito de contas de resultado, sob o título Rendas de Títulos de Renda Fixa.

As provisões para créditos de difícil liquidação são constituídas com base nas normas contábeis vigentes.

As debêntures conversíveis em ações serão convertidas em ações ordinárias e/ou preferenciais de acordo com critério definido pelo FUNDEPAR-ES até o prazo final de carência previsto nas escrituras de emissão de debêntures e deverá efetivar-se, integralmente, no prazo de até um ano a contar da deliberação do Conselho Gestor.

Por meio da Resolução FUNDEPAR-ES 48 de 22/09/2023, o Conselho Gestor do Fundo deliberou pela rescisão e vencimento antecipado do contrato de debênture com a empresa PW Brasil Export no total de R\$ 4.364. O contrato está integralmente provisionado e em fase de consolidação dos imóveis dados em garantia.

Títulos de Renda Fixa	2023	2022
Debêntures	52.834	4.183
(-) Provisão	(4.364)	-
Saldo Debêntures	48.470	4.183

7. Outros Valores e Bens

São compostos por imóveis disponíveis para venda (bens não de uso próprio), recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, R\$ 12.145 (R\$ 12.145 em 2022).

8. Investimentos

O Decreto nº 3650-R de 28 de agosto de 2014 determinou a utilização de recursos FUNDEPAR-ES para desapropriações previstas pelo Decreto nº 1825-S de 26 de agosto de 2013 e Decreto nº 1690-S de 01 de agosto de 2014.

No exercício social de 2014, o Fundo disponibilizou ao Estado do Espírito Santo R\$ 26.960 mil que foram depositados judicialmente pelo Estado para o pagamento de desapropriações de imóveis referente à implantação do projeto Porto Central. Em contrapartida, o Fundo recebeu os direitos decorrentes das ações de desapropriação dos imóveis (glebas de terras), para em momento futuro cedê-los ao Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A, via subscrição/emissão de debêntures conversíveis ou não em ações, na forma da lei.

A troca dos ativos, terrenos em debêntures foi efetivada com a assinatura do boletim de subscrição de 427.273 debêntures conversíveis em ações emitidas pela empresa Porto Central, ao custo unitário de R\$ 100,00 cada, no total R\$ 42.727 mil. A permuta gerou ganho financeiro de R\$ 15.767 mil, apurado pela diferença entre o valor de emissão dos títulos e custo de aquisição dos terrenos, referenciado na atualização monetária acumulada da data dos depósitos judiciais

(ano de 2014) até a data da escritura de debêntures, devidamente registrada no Cartório de 1º Ofício Tabelionato de Notas da Comarca de Vitória.

9. Remuneração do banco operador

Em conformidade com o regulamento do FUNDEPAR-ES a taxa de administração devida ao banco operador pelos serviços de administração e gestão do fundo, será de 2,1% (dois vírgula um por cento) ao ano, calculado sobre o patrimônio líquido do mês anterior do Fundo. No período, os valores pagos ao banco operador atingiram o montante de R\$ 3.234 (R\$ 3.133 em 2022).

10. Relações com banco operador

O FUNDEPAR-ES tem o BANDES como parte relacionada por ser o gestor financeiro e operador/administrador conforme definido no artigo 13º da Lei Estadual nº 9.905 de 11/09/2012, que compreende, dentre outras determinações legais, a prestação dos serviços técnicos necessários à sua operacionalização, incluindo a análise de projetos, aprovação de financiamentos e o acompanhamento de sua implantação, liberação de recursos e cobranças administrativas e judiciais dos créditos do FUNDEPAR-ES, atuando como seu mandatário.

No quadro adiante estão demonstrados os recursos disponíveis e resultados de transações, decorrentes do relacionamento com o banco operador:

	2023	2022
Banco Operador		
Disponibilidades	29.248	36.153
FUNDEPAR-ES		
Despesas de administração	(3.234)	(3.133)
Despesa com spread FUNDEPAR-ES	(237)	(161)
Rendas sobre disponibilidades de recursos	2.435	2.287

No período, o fundo recebeu remuneração pelos recursos disponíveis, atualizados com base na taxa adotada nas cadernetas de poupança, no total de R\$ 2.435 (R\$ 2.287 em 2022).

11. Patrimônio líquido

- O Patrimônio líquido apurado no período totaliza R\$ 171.870 (R\$ 150.911 em 2022).
- Recursos do Governo Estadual – referem-se aos recursos orçamentários do Governo do Espírito Santo.
- Em 30 de outubro de 2012, por meio do Decreto nº 2096-S foi aberto aos encargos gerais do estado crédito especial de R\$ 200.000 para integralização no Fundo. Na data de 20 de dezembro de 2012, na 1ª Reunião do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES foi autorizada a emissão de 200.000 mil cotas no valor unitário de R\$ 1,00 para subscrição e integralização pelo governo estadual. Em 26 de abril de 2013, com o crédito de R\$ 200.000 efetivado na conta bancária do FUNDEPAR-ES, decorrente da liquidação do empenho da administração pela SEFAZ-ES em 25 de abril de 2013, conforme NL 12560/2013, foi efetuada a integralização das cotas emitidas.
- Em 21 de dezembro de 2015, o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES, aprova a utilização de recursos do Fundo para aumento de capital social do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A – BANDES no total de R\$ 70.000, conforme Resolução FUNDEPAR-ES nº 19/2015.
- Em 20 de dezembro de 2016 o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES, aprova a utilização de recursos para aumento de capital social do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A – BANDES no valor de R\$ 25.000, conforme Resolução FUNDEPAR-ES nº 19/2016.
- Resultados acumulados de exercícios anteriores R\$ 66.870 (R\$ 45.911 em 2022).
- Resultado apurado no exercício social R\$ 20.959 (R\$ 3.021 em 2022).

12. Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para emissão. São compostos por eventos que originam ajustes, que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis, e eventos que não originam ajustes, isto é, evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

A administração não identificou eventos ocorridos entre a data final do período de relatório e a data de autorização de emissão destas demonstrações financeiras, que requeresses ajustes ou divulgação.

13. Política de divulgação das informações

Mais informações sobre o FUNDEPAR-ES encontram-se disponíveis nos seguintes veículos de comunicação:

- Internet, através do site www.bandes.com.br;
- Sistema “bandes atende” no tel.: 0800-2834202.

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES

por seu agente financeiro

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

Diretoria Executiva

Marcelo Barbosa Sainville – Diretor-Presidente
 Marcos Kneip Navarro – Diretor de Negócios
 Sávio Bertochi Caçador – Diretor de Riscos, Administração e Finanças
 Gabriela Vichi de Almeida – Diretora Operacional

Contador Geral

Valdir dos Santos – CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023

Aos

Diretores e demais Administradores do

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES

Instituído pela Lei Estadual nº 9.905/2012 e Operado pelo

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES

Avenida Princesa Isabel nº 54 - Edf. Caparaó 12º andar - Centro - Vitória/ES - CEP. 29.010-906

CNPJ(MF) nº 17.361.567/0001-96 – Site: www.bandes.com.br

Prezados(as) Senhores(as),

1) Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES** ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO – FUNDEPAR-ES** ("Entidade") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis nas circunstâncias a tais Entidades.

2) Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto com as notas explicativas, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e do Banco Operador.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e do Banco Operador. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Entidade e do Banco Operador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

5. Outros Assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria Independente (RAI) foi emitido em 30 de março de 2023, sem modificação de opinião.

Recife/PE, 08 de março de 2024

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O - CNAI/PJ nº 029 - CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES
Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028100/O-8 "S" ES
CNAI 4850